

ESPECIAL SEGURANÇA

300 PMs AFASTADOS VÃO
RETORNAR AO TRABALHO

Número se refere aos que respondem a processo disciplinar

« A Polícia Militar vai cancelar o afastamento de 300 policiais que respondem a Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD RO). Com isso, esses PMs passam a receber salário e voltarão a atuar nas ruas. No entanto, o processo segue seu curso. A informação é do comandante da PM, coronel Nylton Rodrigues, em entrevista à jornalista Fernanda Queiroz na CBN Vitória. “Os PADs RO são processos administrativos e demissionários. Toda vez que instauramos o PAD RO, o policial é afastado. Outros 60 policiais respondem ao Conselho de Disciplina. Eles têm mais de 10 anos de disciplina e não podem ter o afastamento cancelado, pois a lei não permite”, explicou o coronel.



A jornalista Fernanda Queiroz entrevistou o coronel Nylton Rodrigues, comandante da PM, na Rádio CBN

Concurso

De acordo com o comandante, ao todo, cerca de 2.500 policiais militares, acusados de motim e revolta, vão responder ao Inquérito Policial Militar (IPM) na Justiça Militar. Segundo o coronel, hoje a PM conta com 9.700 PMs. Ele afirma que, se houver redução na corporação devido a expulsão de policiais, “concursos serão abertos para fazer frente a essa redução”.

Companhias Independentes

O comandante da PM explicou ainda como será a reestruturação da corpo-

ração, começando pela criação de três companhias independentes em Vitória, Vila Velha e Serra. Ele afirmou que o comandante de cada batalhão da PM é responsável por até cinco companhias. “Já as companhias independentes terão, cada uma, o seu próprio comandante e subcomandante. A estrutura de cada uma delas será nova e maior que a de um DPM. A administração de uma companhia independente é pequena e enxuta, então funciona perfeitamente nesses locais. É sabido por todos que o município da Serra, por

“
A lei não me autoriza a cancelar o afastamento dos 60 que respondem ao conselho de disciplina”

—
CEL. NYLTON RODRIGUES
COMANDANTE DA PM

exemplo, tem uma necessidade grande de ter outra unidade da PM para reforçar o policiamento, assim como Vila Velha e Vitória. Então criamos essas novas companhias”, disse.

O coronel disse que, na Serra, a companhia independente vai ficar em Feu Rosa, atendendo ainda as regiões de Vila Nova de Colares, Manguinhos, até Nova Almeida. Já em Vitória, vai abranger as regiões de Camburi, Mata da Praia, Jardim da Penha e Jardim Camburi. Em Vila Velha, a companhia ficará na região da Grande Terra Vermelha.

Grupos táticos

Ainda segundo o coronel Nylton Rodrigues, o 1º Batalhão (Vitória), 4º Batalhão (Vila Velha), 6º Batalhão (Serra) e o 7º Batalhão (Cariacica) vão contar, cada um, com um Grupo Tático Móvel. Esse grupo fará o serviço que até então era feito por policiais da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam), que deixa de existir. No entanto, a Rotam servia todos os municípios da Grande Vitória, enquanto o Grupo Tático atenderá exclusivamente cada município. “A Rotam ia para as ruas em apoio aos bata-

lhões e estava disponível para todos os municípios do Estado. O problema é que quando a Rotam em algum momento estaria ocupada em um município, não poderia cobrir outro. A criação do Grupo Tático Móvel amplia esse atendimento”, explicou o comandante.

Interior

A Polícia Militar também fará mudanças nos Comandos de Polícia Ostensiva (CPOs). “Existiam três grandes comandos: o CPO Metropolitano, o CPO Sul e o CPO Norte. Estamos dividindo o Sul e o Norte, criando ainda o CPO Noroeste e o CPO Serrano, com um coronel comandando cada unidade. Quanto mais comando, supervisão e fiscalização, melhor o serviço prestado. Não houve aumento no efetivo de coronel e nem de tenente-coronel. Fizemos remanejamento interno, retirando da área de administração, por exemplo”, explicou o coronel.

Ação das mulheres

Para o coronel, está muito claro para todos que as reivindicações das mulheres são legítimas, mas a forma foi totalmente equivocada. “Existe uma mesa de negociação aberta com as mulheres. É preciso agir com razão e bom senso”, salientou o comandante da corporação.

Associação: reestruturação não é represália

« Ativo interlocutor do movimento que tirou os policiais militares das ruas e um dos porta-vozes das reivindicações da categoria durante a paralisação, o presidente da Associação dos Oficiais Militares do Estado do Espírito Santo (Assomes), major Rogério Fernandes Lima, elogiou as ações de reestruturação anunciadas pelo governo. Apesar de, na prática,

elas determinarem o rebaiamento do Batalhão de Missões Especiais (BME) e a extinção da Rotam, ele não identifica nas medidas retalição do governo aos membros dessas tropas. Segundo ele, não deverá haver insatisfações com as medidas.

“Não há, a meu ver, em princípio, sinalização de represália. Algumas coisas já eram pensadas pela polícia.

Regiões como a de Terra Vermelha já careciam dessa autonomia, porque são áreas grandes, que demandam efetivo. É uma decisão desejada pela própria estrutura da polícia. Temos que dar tempo ao tempo para analisar o resultado”, declarou.

O major observa que o BME, “realmente, foi desestruturado”. No entanto, a essência dessa tropa

de elite foi mantida, assim como a da Rotam.

COMPANHIA

A atribuição anterior do BME será desempenhada, agora, pela Companhia Independente de Missões Especiais. A Rotam será absorvida por companhias independentes da Grande Vitória. Seus homens, inclusive, deverão

ser usados para policiamento tático móvel nos bairros, atividade semelhante a que desempenhavam anteriormente.

“Os batalhões já tinham o Grupo de Apoio Operacional (GAO). Agora, terão companhia mais robusta, com força tática dentro da unidade. Mesmo que tenham que fazer policiamento ostensivo, a formação desses policiais é voltada para isso”, disse. (Vinicius Valfré)



Major Rogério: “Decisões já eram desejadas”

ESPECIAL SEGURANÇA

ENTENDA AS MUDANÇAS NO POLICIAMENTO



COMO É AGORA



As tropas do Batalhão de Missões Especiais (BME) e da Rotam só atuam em operações específicas e hoje não são subordinadas aos comandantes dos batalhões dos municípios



COMO SERÁ



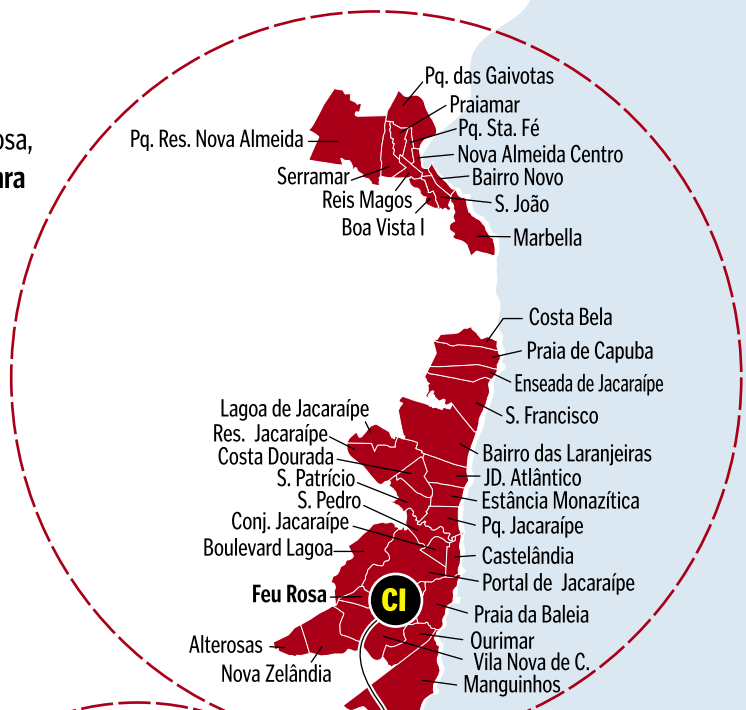
As cidades de Vitória, Vila Velha e Serra, que antes tinham somente os batalhões, agora vão ganhar **Companhias Independentes**, localizadas em Jardim Camburi, Jabaeté e Feu Rosa, respectivamente. **As CIs terão 695 militares para o patrulhamento ostensivo em 74 bairros**

O Batalhão de Missões Especiais (BME) transforma-se em **Companhia Independente de Missões Especiais (CIME)**, e a sua nova sede será em Jardim América, Cariacica

A Rotam será extinta, e os **260 homens** vão ser remanejados para o patrulhamento nos bairros

CI

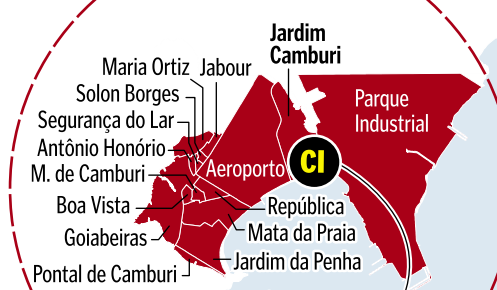
FORMAÇÃO



SERRA

Serão **263** policiais para atender **37** bairros e localidades

A 2ª Cia do 6º Batalhão, em Feu Rosa, dará lugar à 14ª Cia Independente



CARIACICA

CIME Jardim América

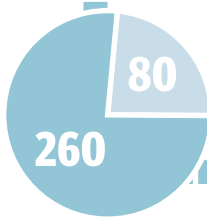
VITÓRIA

221 policiais vão atender a **15** bairros

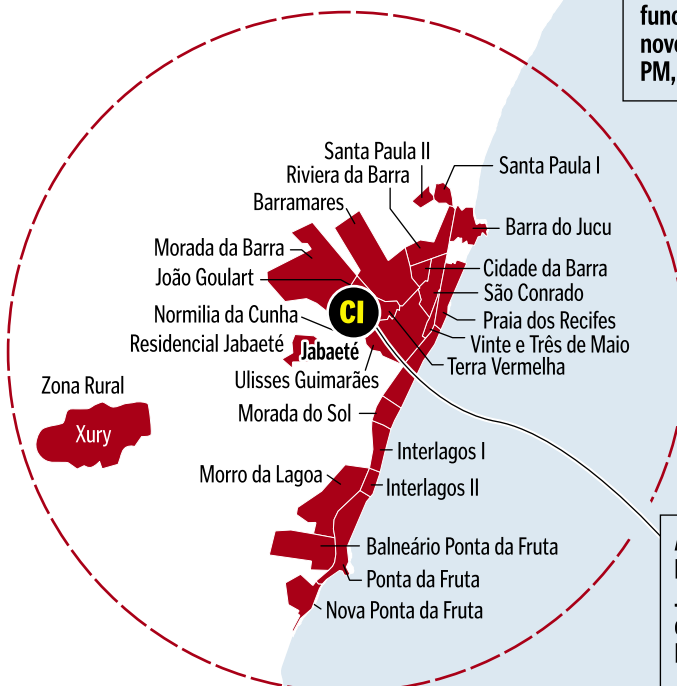
A 12ª Cia, em Vitória, funcionará no lugar do novo Destacamento da PM, em Jardim Camburi

O efetivo será reduzido de **340** para **260**

Os **80** homens retirados de lá vão reforçar o policiamento nos bairros



O comando do policiamento nessas três cidades ainda contará com um **Grupo Tático Móvel**, que vai executar as ações que eram feitas antes pela Rotam, porém agora subordinado ao comandante do batalhão para ser usado quando julgar necessário



VILA VELHA

Serão **211** militares para **24** bairros

A 4ª Cia do 4º Batalhão, em Jabaeté, Vila Velha, dará lugar à 13ª Cia Independente

ESPECIAL SEGURANÇA



Entrada do Quartel do Comando Geral da PM, que foi liberado no último sábado, após 22 dias de bloqueio feito pelas esposas dos policiais durante greve dos militares

RICARDO MEDEIROS - 25/02/2017

MULHERES DE POLICIAIS QUEREM NEGOCIAR NO TRT

Grupo rejeita Ministério Público Estadual como mediador

▄ VICTOR MUNIZ
vmelo@redgazeta.com.br

As representantes do movimento das mulheres dos policiais militares protocolaram, na tarde de ontem, um pedido para que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) seja o mediador das negociações com o governo do Estado.

O pedido foi feito pelo advogado Rafael Pimentel, após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, decidir que o Ministério Público do Trabalho (MPT) não poderia mais mediar as negociações entre as partes. No último sábado, as mulheres e o governo do Estado negociaram o fim da greve da PM, que durou 22 dias, na sede do MPT.

De acordo com Pimentel, retirar o MPT da mediação prejudica o início de uma negociação que demorou



VICTOR MUNIZ

O advogado Rafael Pimentel protocolou o pedido das mulheres no tribunal

dias para evoluir. “Infelizmente, fomos surpreendidos com essa determinação. Quando íamos sentar e começar uma coisa racional, vem essa intervenção abrupta, externa, de cima para baixo”, afirmou.

As mulheres foram informadas, oficialmente, assim que chegaram para

a reunião que seria realizada com o MPT e o governo, na tarde de ontem.

Segundo o advogado, nenhum representante do Executivo esteve no local e tanto ele quanto as mulheres não haviam sido avisados que a reunião não aconteceria. Alguns minutos depois, as mulheres e o advo-

alternativa para mediar.

“Infelizmente a gente não enxerga a isenção necessária do MPES. Entendemos que é um órgão que sofre interferências do Executivo. Queremos ele presente, mas não conduzindo. Por isso, protocolamos o pedido de mediação ao TRT, que tem maior aptidão e tradição para esse tipo de negociação”, ressaltou o advogado.

SECRETARIA

Por meio de nota, a Secretaria de Direitos Humanos do governo informou que não compareceu à reunião devido à decisão do procurador-geral da República.

Logo, segundo a nota, não haveria mais como o encontro ser realizado e, até que sejam dadas novas definições, pelas quais o governo está aguardando, não irá se manifestar.

MPES: direitos serão garantidos

▄ Questionado se assumirá a mediação entre governo e representantes das mulheres dos militares, o Ministério Público Estadual (MPES) garantiu que seguirá adotando as medidas necessárias para a garantia dos direitos humanos fundamentais e dos indispensáveis serviços de Segurança Pública prestados pela Polícia Militar.

O órgão afirma que, desde o início da paralisação dos policiais militares, atuou intensamente para solucionar os impasses e garantir a proteção da sociedade.

O MPES informou que tomou todas as medidas judiciais e extrajudiciais, inclusive com o emprego constante de técnicas de mediação, promovendo o diálogo entre as partes.

Apesar de afirmar que vai atuar para garantir que a negociação ocorra, o órgão não revelou se alguma reunião ou rodada de negociação já foi marcada entre as partes.

PONTOS DO ACORDO MEDIADO PELO MPT

O QUE FOI NEGOCIADO

▼ Fim da greve dos PMs

Após a discussão de propostas de ambas as partes, as mulheres dos PMs e o governo do Estado negociaram a desobstrução das portas dos quartéis a partir do

meio-dia do último sábado, dia 25.

▼ Novos PADs

Não serão abertos novos Processo Administrativo Disciplinar (PADs), mas os que já foram iniciados serão mantidos. Não haverá anistia às punições

que já foram determinadas. Os policiais que respondem a Processo Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PADs RO) e estavam afastados vão retornar ao trabalho. O afastamento que iria acontecer será cancelado.

▼ Retorno dos PMs transferidos

Os PMs terão um prazo de até 45 dias para se apresentarem nos batalhões para onde foram transferidos para voltarem ao batalhão ao qual fazia parte antes da greve. O

governo vai promover essa transferência.

▼ Mudanças em unidades da PM

O governo se comprometeu em alterar e reformular unidades da PM, com o compromisso de não transferir policiais.